

O valor de um intercâmbio: mobilidade estudantil brasileira, bilateralismo & internacionalização da educação

The value of an *intercâmbio*: brazilian student mobility, bilateralism & international education

Eric Spears¹

BRIM - The Brazil Institute at Mercer, Mercer University, USA

Tradução de: Maria Cláudia Bontempi Pizzi

Revisão técnica de: João dos Reis Silva Júnior

Resumo

A emergência do Brasil no âmbito da economia mundializada como participante do BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) mobilizou o governo federal brasileiro a estabelecer um programa estatal de mobilidade acadêmica (Programa Ciência sem Fronteiras) de modo a fazer avançar o capital social do país (*general intellect*) e a infraestrutura em STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) relacionadas à indústria. Investimentos públicos e privados no programa de mobilidade acadêmica transformaram o modo como o governo brasileiro e as universidades valorizam o intercâmbio estudantil com os Estados Unidos. As áreas de conhecimento relacionadas à ciência, à tecnologia, à engenharia e à matemática recebem maiores financiamentos se comparadas às humanidades, às ciências sociais e às artes. Este desenvolvimento alterou a forma como a mobilidade estudantil nos Estados Unidos é organizada e, ao mesmo tempo, mudou a trajetória da internacionalização educacional brasileira. Este texto apresenta uma análise conceitual do Programa Ciência sem Fronteiras, baseando-se na perspectiva de economia política crítica. O ensaio conceitua a iniciativa do Programa Ciência sem Fronteiras nos níveis mundial, nacional e local. O texto explora, ainda, as implicações que a parceria educacional bilateral Brasil-EUA poderá ter sobre a política, as práticas universitárias e, finalmente, sobre o financiamento da mobilidade dos estudantes brasileiros.

Palavras-chave: Programa Brasileiro de Mobilidade Científica, BRIC, Capitalismo e valor, Ciência sem Fronteiras.

Veja também o original em inglês deste artigo publicado nesta edição.

Abstract

Brazil's emergence in the global economy as a member of the BRIC (Brazil, Russia, Índia, China, and South Africa) states has prompted the federal government to establish the Brazilian Scientific Mobility Program (Science Without Borders) in order to advance the country's social capital and infrastructure in STEM (Science, Technology, Engineering, and Math) related disciplines and industries. Public and private investment in the Scientific Mobility Program

1 Diretor do BRIM – Brazil Institute at Mercer University – e um dos co-diretores do projeto de pesquisa internacional intitulado Grupo de Estudos Sobre Economia Política da Educação, Estética e Formação Humana da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor assistente de Geografia na Mercer's College of Liberal Arts, é especialista em assuntos brasileiros que tem como foco de estudo a economia política da sustentabilidade urbana (favelas), a ecologia política e a educação internacional. E-mail: spears_ek@mercer.edu

has transformed the way in which Brazilian government, universities, and citizenry places value the *intercâmbio* (student exchange) experience in the United States. STEM-related disciplines are now disproportionately funded versus social sciences, humanities, and fine arts fields. This development has altered the way in which student mobility in the United States is given worth and changed the trajectory of international education in Brazil. This research provides a conceptual analysis of the Brazilian Scientific Mobility Program by using a critical political economy perspective. The essay conceptualizes the Science without Borders initiative at global, national, and local levels. This research also explores what implications the bilateral U.S.-Brazil Educational Partnership may have on future policy, practice, and ultimately, funding of Brazilian student mobility.

Keywords: Brazilian Scientific Mobility Program, BRIC, Capitalism and value.

Introdução

A mobilidade estudantil entre Brasil e Estados Unidos (EUA), mais comumente chamada de intercâmbio, não é um fenômeno novo. O intercâmbio, no entanto, tornou-se recentemente um assunto de interesse estratégico nacional bilateral, tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos. Este desenvolvimento calculado se deu quando os efeitos negativos da grande recessão de 2008 seguraram os orçamentos das universidades norte-americanas e quando a nova presidente do Brasil, Dilma Rousseff, assumiu o comando de uma economia em rápido crescimento em 2011. Os laços bilaterais tornaram-se mais estratégicos quando o presidente Barack Obama visitou o Brasil em março de 2011. Os líderes das duas economias hegemônicas do hemisfério ocidental fizeram um pacto durante esta visita para estabelecer a parceria educacional EUA-Brasil, que, posteriormente, abriu o caminho para o *Ciência sem Fronteiras* (agora conhecido como o Programa Brasileiro de Mobilidade Científica) em 2012.

O Programa Brasileiro de Mobilidade Científica foi apresentado nos EUA durante a visita oficial da presidente Dilma Rousseff a Washington, capital desse país, em abril de 2012. O que antes era um intercâmbio educacional bastante modesto entre o Brasil e os Estados Unidos, de repente tomou os holofotes do palco diplomático. A parceria educacional Brasil-EUA foi ainda mais solidificada quando o Departamento de Estado dos EUA identificou o Programa Brasileiro de Mobilidade Científica como uma das iniciativas educacionais mais importantes para atender às necessidades da economia do conhecimento do século XXI (DESSOFF, 2013, p. 24). Áreas de estudo como ciência, tecnologia, engenharia e matemática foram identificadas como iniciativas estratégicas para o novo programa de bolsas de estudos. O intercâmbio cultural ganhou um tom muito diferente daquele dominado pelo desenvolvimento de língua estrangeira e de enriquecimento cultural e passou a objetivar a preparação de jovens para uma economia globalmente competitiva orientada pelas áreas supracitadas. O Programa Brasileiro de Mobilidade Científica foi projetado para posicionar o Brasil de forma competitiva em uma economia política global cada vez mais multipolar.

Este ensaio aborda as recentes mudanças na mobilidade estudantil brasileira e questiona as implicações que a parceria educacional Brasil-EUA pode ter sobre a elaboração de políticas em Brasília e em nível local com as universidades públicas.

Particularmente o artigo adota uma perspectiva de economia política de forma que a mobilidade dos estudantes brasileiros possa ser entendida em um contexto político mais amplo da economia global. Este trabalho argumenta que um valor específico é dado à mobilidade estudantil brasileira. O uso de 'valor' neste trabalho decorre de uma perspectiva de economia política crítica, que postula o termo como um conjunto socialmente construído de crenças e ideias que informam julgamentos e avaliações de mérito (JOHNSTON et al., 2000, p. 886). Neste sentido, o valor da mobilidade dos estudantes do Brasil e, portanto, os objetivos do intercâmbio com os Estados Unidos, é socialmente específico e legitima o financiamento de assuntos relacionados à ciência e à tecnologia ao invés das ciências sociais, humanidades e artes. Este artigo, então, visa a identificar nos locais onde esta nova forma de programa de intercâmbio ocorre quais são as armadilhas que existem para a mobilidade dos estudantes brasileiros no âmbito mais amplo da globalização através de uma análise conceitual que articule teoria e empirismo.

Educação superior brasileira na economia global

A emergência do Brasil no cenário político e econômico global está enraizada na modernização do final do século XX. De acordo com Zakaria (2011, p. 23) a ascensão do país como uma das potências do BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) é o resultado de três forças: política, economia e tecnologia. Enquanto a explicação de Zakaria é voltada para a análise de eventos em nível mundial, ela também ilustra como o Programa Brasileiro de Mobilidade Científica é um resultado da política brasileira, um produto da economia global e nacional e resultado de uma era da informação tecnologicamente orientada.

No Brasil pós-Plano Real de 1994, a reestruturação econômica nacional e a internacionalização da universidade pública brasileira desenvolveram-se lado a lado. Planos nacionais deliberados de reestruturação econômica e outras escolhas políticas feitas pela liderança do Brasil colocaram as universidades federais em uma nova trajetória de internacionalização. Os presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011 - presente) usaram o ensino superior brasileiro como um meio para a proeminência econômica nacional na economia global. O Plano Real criou uma economia brasileira mais estável na qual ocorreram privatizações, a expansão da classe média e inovações. O Plano Real é reconhecido como o mais bem sucedido plano nacional brasileiro por acabar com três décadas de inflação crônica. Após a estabilidade econômica, as universidades públicas tornaram-se os pivôs do novo motor da economia brasileira, mas, juntamente com oportunidade acadêmica, veio a pressão para inovar e contribuir para o desenvolvimento econômico de longo prazo.

Alguns críticos intelectuais brasileiros, no entanto, percebem o Plano Real como mais do que um resultado da eleição nacional ou um plano econômico doméstico. Ao invés disso, eles enxergam o Plano Real como uma estratégia abrangente ligada a processos econômicos externos de uma economia global neoliberal. O Plano Real surgiu com base em um conjunto de recomendações elaboradas pelo Consenso de Washington, que era formado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial e pelo Departamento do Tesouro dos EUA. O Consenso de Washington

salientou reformas macroeconômicas, privatização das indústrias e liberalização do comércio em toda a América Latina. Os economistas que representaram o Brasil no Consenso de Washington (Edmar Bacha, Pêrsio Arida, Gustavo Franco, Pedro Malan, Zélia Cardoso de Mello e Antonio Kandir) mais tarde, exceto Zélia Cardoso de Melo, tornaram-se membros centrais da equipe econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso. A estas figuras políticas é amplamente creditada a incorporação de ideias neoliberais à nova economia brasileira e, finalmente, às suas instituições de ensino superior.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, além disso, representa uma justaposição interessante entre a economia neoliberal do Brasil e seu sistema de ensino superior. O Dr. Cardoso é tanto um acadêmico da sociologia crítica (teoria da dependência) quanto um ator da agenda neoliberal do Brasil. É, talvez, com essa percepção, que Cardoso (2001) reconhece a dificuldade da integração de ambições políticas do Brasil com a cultura acadêmica do país. De acordo com Cardoso, “cada vez que se fala de transformação, fala-se dos valores, dos objetivos e da direção da transformação” (CARDOSO, 2001, p. 182, tradução nossa²). As declarações de Cardoso são diretamente ligadas ao conceito de valores ou, discutivelmente, interesses nacionais. Mas que valores estão representados: os do estabelecimento político ou da academia? Cardoso ainda reflete sobre essa preocupação mais ampla com o seguinte pensamento:

No contexto da relação entre academia e ação política, pode-se perguntar: Quais são os parâmetros de mudança? Como são definidos os ideais que guiam o esforço de transformação? Se confrontarmos essas questões à luz da nossa experiência prática, perceberemos que muitas vezes as atitudes dos intelectuais e políticos, paradoxalmente, invertem a separação entre fatos e valores (CARDOSO, 2001, p. 183, tradução nossa³).

Aqui, Cardoso explica que os interesses nacionais do Brasil são muitas vezes interpretados de maneira diferente dos “valores” nacionais descritos por acadêmicos.

Com relação à internacionalização do ensino superior brasileiro, o Programa Brasileiro de Mobilidade Científica possui certo conjunto de valores (políticos, econômicos e sociais) que refletem os interesses nacionais. A priorização e o financiamento de disciplinas relacionadas à ciência e à tecnologia, por exemplo, são o resultado da necessidade de competição do Brasil na economia neoliberal global. Tais valores determinados pela economia global e pelos administradores brasileiros, no entanto, diferem dos de muitos estudiosos dentro da academia. O valor (racionalidade econômica) dado às disciplinas relacionadas à ciência e à tecnologia frente às ciências sociais, humanidades e artes, fixam a mobilidade estudantil brasileira a um conjunto de crenças socialmente construídas e ideias formadas em Brasília e pelo neoliberalismo.

Levando em consideração que as relações sociais entre a academia e o mundo político são consideradas paradoxais, argumento que o “valor” que está sendo dado

2 (...) every time one speaks of transformation, one speaks of the values and the objectives and the direction of the transformation (CARDOSO, 2001, p. 182).

3 In the context of the relationship between the academy and political action, one might wonder: What are the parameters of change? How are the ideals that guide transformation effort defined? If we confront these questions in the light of our practical experience, we realize that quite often the attitudes of intellectuals and politicians, paradoxically, invert the separation between facts and values (CARDOSO, 2001, p. 183)

à mobilidade estudantil brasileira está mais de acordo com a explicação de Harvey (2006), que define “valor” como sendo um processo contraditório. De acordo com Harvey:

Esta definição do processo difere radicalmente daquela normalmente incorporada à economia neoclássica, onde o capital é tratado como um estoque não-problemático (ou seja, não-contraditório) de ativos (de coisas) com certos atributos qualitativos e quantitativos que, quando posto em movimento por ação humana, encarna poderes causais (por exemplo, os investimentos de capital criam desemprego) (HARVEY, 2006, p. 63, tradução nossa⁴).

Desde os tempos da ditadura militar (1964-1985), o Brasil tem tentado um caminho de reconhecimento internacional como um país geograficamente grande, com valor político e econômico. O Programa Brasileiro de Mobilidade Científica é simplesmente uma reencarnação desta filosofia e é projetado para rivalizar com o número de estudantes de ciências e engenharia da China e da Índia, países que enviam dezenas de milhares de estudantes de graduação e pós-graduação para os Estados Unidos. Um relatório recente do *The Chronicle of Higher Education* reforça a necessidade competitiva do Brasil para competir no cenário global. Segundo o *The Chronicle*, nos recentes anos 1960, cerca de quarenta por cento da pesquisa científica era ainda publicada em outros idiomas que não o inglês, mas, até o ano 2000, os números tinham subido para cerca de oitenta e cinco por cento, e em 2013, noventa por cento (MONAGHAN, 2013). A mobilidade estudantil brasileira é um produto dessa tendência mundial e um resultado da necessidade do capital de fazer pesquisa científica sobre a produção industrial. Esse ponto é apoiado por argumentos de Lucena, que afirma que a ciência não é um produto do capitalismo (que antecede o atual sistema econômico), mas que este explorará a ciência para refletir seus próprios interesses (lucro) (LUCENA, 2008, p. 91). Dentro do contexto do Programa Brasileiro de Mobilidade Científica, o capitalismo tentará usar este programa de bolsas (e seus estudantes) para refletir seus próprios interesses sistêmicos.

A mobilidade estudantil brasileira nos Estados Unidos

A internacionalização da educação superior americana está intrinsecamente ligada às economias nacionais, regionais e estaduais dos EUA. A mobilidade estudantil internacional é reconhecida como uma considerável economia orientada para a exportação de serviços pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos. A NAFSA, Associação de Educadores Internacionais, maior organização profissional de educadores internacionais do mundo, calculou os níveis de investimento com os quais estudantes internacionais contribuem para a economia americana. Em seu relatório mais recente, a NAFSA determinou que os estudantes estrangeiros contribuem com US\$21.81 bilhões para a economia dos EUA por meio de mensalidades, taxas e outras despesas (por exemplo, moradia, alimentação, carros, roupas, etc.) (NAFSA, 2013).

4 This process definition differs radically from that typically incorporated into neoclassical economics where capital is treated as an unproblematic (i.e., noncontradictory) stock of assets (of things) with certain qualitative and quantitative attributes which, when set in motion by human agency, embody causative powers (e.g., capital investments creates unemployment) (HARVEY, 2006, p. 63).

Esta receita é mais perceptível quando analisada em escalas regionais e estaduais. A NAFSA relata, por exemplo, que os estudantes internacionais contribuíram com US\$5.4 bilhões para a economia do sudeste dos Estados Unidos e com US\$463 milhões para a economia do Estado da Geórgia, onde me encontro. Universidades públicas e privadas, faculdades e outras empresas compartilhavam a renda gerada na Geórgia.

Tabela 1 - Impacto Econômico no Estado da Georgia (EUA)

Matrículas	Mensalidades	Gastos com moradia	Apoio dos EUA	Contribuição Total
16,193	\$370,993,788.30	\$288,405,912.15	\$196,444,199.84	\$463,000,000.00

Fonte: NAFSA Economic Impact Statements 2011-2012

A receita das mensalidades dos estudantes estrangeiros é uma parte importante do orçamento anual de uma universidade, uma vez que ajuda a compensar as despesas relacionadas ao programa. Os estudantes internacionais, entretanto, não são percebidos apenas como moeda, mas também como essenciais para a diversidade cultural e capital intelectual de uma universidade. De fato, os estudantes brasileiros são uma parte do plano de negócios das universidades, mas são valorizados como parte vital da vida estudantil universitária, dentro e fora da sala de aula. É com essa lógica econômica que examinaremos o volume atual de brasileiros que estudam em programas de graduação, pós-graduação e pós-doutorado dos Estados Unidos.

O Brasil nunca se classificou entre os dez países que mais enviam estudantes estrangeiros para os Estados Unidos. O país ficou em 14^o lugar entre todos os países que enviam estudantes internacionais para os Estados Unidos. De acordo com dados compilados pelo IIE (*Institute for International Education*), 9.029 estudantes brasileiros estudaram nos Estados Unidos durante o ano de 2012. Este é um número sem precedentes de brasileiros nos EUA, uma vez que cerca de 1.000 brasileiros estudaram em universidades norte-americanas no ano 2000. China e Índia ficaram em primeiro e segundo lugares, respectivamente. O outro membro do BRIC, a Rússia, está em uma posição ainda mais abaixo do que o Brasil, em 25^o lugar (4.805 estudantes). A tabela a seguir compara o Brasil a três dos principais países que enviam estudantes para intercâmbio do mundo: China, Índia e Coréia do Sul.

Tabela 2 - Comparação entre os Melhores Colocados no Ranking de Intercambistas e Brasil

Posição	País	2010/12	2011/12	2011/12 % do Total	% Variável
1	China	157,558	194,029	25.4	23.1
2	Índia	103,895	100,270	13.1	-3.5
3	Coréia do Sul	73,351	72,295	9.5	-1.4
14	Brasil	8,777	9,029	1.2	2.9
25	Rússia	4,692	4,805	0.6	2.4

Fonte: IIE Open Doors (2013)

O Programa Brasileiro de Mobilidade Científica, embora não seja o único canal através do qual os estudantes brasileiros migram para os Estados Unidos, contribuiu significativamente para o aumento no número de matrículas. O Programa Brasileiro de Mobilidade Científica apresentou um planejamento agressivo para enviar 100 mil estudantes de graduação para o exterior, com pelo menos 50 mil estudantes indo

para as universidades norte-americanas ao longo dos próximos cinco anos letivos (e, por fim, enviar estudantes universitários norte-americanos para estudar no Brasil).

O governo federal brasileiro vai apoiar 75 mil estudantes, enquanto os outros 25 mil serão financiados por doações da iniciativa privada. Quando visto em um contexto global, é evidente que o Programa Brasileiro de Mobilidade Científica destina-se a fortalecer os laços do Brasil com o seu outro grande parceiro do hemisfério ocidental, os Estados Unidos, e outras economias nacionais no núcleo da economia política global (União Européia, Austrália e Coréia do Sul, por exemplo). O programa de mobilidade também serve como um meio competitivo para melhor posicionar o Brasil contra rivais asiáticos (China, Índia e Coréia do Sul) como um parceiro comercial mais forte dos Estados Unidos. A geografia, a língua e as tradições culturais ocidentais do Brasil são relativamente mais próximas dos EUA do que as de seus parceiros asiáticos, colocando o gigante sul-americano em uma posição favorável para atrair investimento estrangeiro direto, *joint-ventures*, pesquisas e inovações bilaterais em ciência e engenharia (por exemplo, petróleo).

De acordo com dados do IIE (2012), os Estados Unidos são, até agora, o maior beneficiário de bolsas de estudo do Programa Brasileiro de Mobilidade Científica. O IIE classifica os países receptores e as agências brasileiras que financiam os alunos: CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Balbachevsky verifica, no entanto, que os relatórios iniciais sobre o Programa Brasileiro de Mobilidade Científica salientam problemas em encontrar candidatos com habilidades linguísticas adequadas, como no caso do inglês, para preencher o número de bolsas atribuídas (BALBACHEVSKY, 2013, p. 127).

Tabela 3 - Número de bolsas concedidas pelo Programa Brasileiro de Mobilidade Científica

País	CNPq	CAPES	Total
Estados Unidos	2,110	1,954	4,064
França	1,257	1,759	3,016
Portugal	1,986	0	1,986
Espanha	1,575	0	1,575
Alemanha	565	531	1,096
Reino Unido	495	479	974
Canadá	902	71	973
Itália	443	285	728
Austrália	264	0	264
Países Baixos	182	0	182

Fonte: IIE Center for Academic Mobility Research (2012)

A maioria dos estudantes brasileiros que viajaram para os Estados Unidos no ano letivo de 2011-2012 (agosto - maio) eram alunos de graduação de áreas relacionadas à ciência, à tecnologia e à administração, como a gestão industrial. Os percentuais de brasileiros em universidades norte-americanas foram os seguintes: 46,7% (graduação), 32,7% (pós-graduação), 11,6% (outros, tais como pós-doutoramento ou cursos livres, como o Inglês como Segunda Língua), e 9,1% (*Optional Practical Training* – Treinamento Prático Opcional – um programa aprovado pelo governo dos EUA para desenvolvimento profissional) (MONKS, 2012, p. 3).

Com relação ao Programa Brasileiro de Mobilidade Científica, o IIE informa que 1.954 alunos já foram inseridos em 238 instituições americanas de 46 estados no segundo semestre do corrente ano letivo de 2012-2013 (agosto - maio). Quase três quartos dos alunos são dos cursos de engenharia e computação, com foco em áreas específicas como engenharia mecânica, engenharia elétrica, ciências da computação, engenharia de produção e engenharia química. O IIE também acredita que as estudantes do sexo feminino do Programa Brasileiro de Mobilidade Científica são mais propensas à especialização em áreas médicas ou de ciências exatas do que suas contrapartes masculinas. Finalmente, cerca de um terço dos estudantes do Programa Brasileiro de Mobilidade Científica participaram de formação acadêmica, incluindo estágios.

A síntese desses dados pode ser feita dentro de um quadro de economia política crítica. Os dados, quando combinados, refletem um padrão de neoliberalismo e interdependência entre os países-núcleo e os membros do BRIC, todos agentes da economia política global. Enquanto os países do BRIC são considerados aliados políticos e econômicos, eles acabam competindo uns contra os outros por proeminência global, desenvolvimento econômico e inovação técnica. O denominador comum político nesta equação do mercado educacional são os Estados Unidos, que estão no cerne da economia global. O Brasil e seus aliados do BRIC se engajam em laços educacionais bilaterais com os Estados Unidos para assegurar a sua posição política e econômica no mundo multipolar, visto que o inglês é hoje a língua franca internacional da ciência, da engenharia e dos negócios. Tal laço com universidades norte-americanas é um passo crucial em direção à liderança em uma economia neoliberal que valoriza mais a inovação da ciência e da tecnologia do que as ciências sociais, humanidades e artes. No entanto, esses laços também apresentam novos desafios e preocupações para as universidades públicas brasileiras.

Mobilidade estudantil brasileira: oportunidades, realidades e armadilhas

O Programa Brasileiro de Mobilidade Científica oferece benefícios tangíveis para estudantes, pesquisadores, universidades e para o governo brasileiro. O mais óbvio e importante objetivo de aprendizagem do Programa Brasileiro de Mobilidade Científica é a mudança transformacional entre os estudantes brasileiros que se envolvem em trocas interculturais significativas. Estudar no exterior é uma das experiências mais poderosas que um jovem adulto pode ter durante seus anos de formação profissional. Os brasileiros nos Estados Unidos têm oportunidades que vão além das disciplinas relacionadas à ciência e à tecnologia, visto que podem se engajar em uma gama mais ampla das artes liberais e da educação empresarial, disciplinas que não são tão facilmente encontradas nas grades curriculares do Brasil. A capacidade dos brasileiros de ampliarem seus horizontes intelectuais enquanto fazem amizades duradouras e conexões profissionais, em muitos aspectos, não tem preço. No entanto, a política em torno da economia da mobilidade estudantil brasileira sugere um cenário mais complexo.

A natureza altruísta do Programa Brasileiro de Mobilidade Científica é mediada por um conjunto de interesses nacionais e locais que se originam no governo federal para as universidades públicas locais. A dinâmica interna da política universitária

brasileira resulta das pressões econômicas externas da economia global e das relações bilaterais com os Estados Unidos. Fundamentalmente, o lançamento do Programa Brasileiro de Mobilidade Científica foi intencionalmente dirigido para atender aos interesses tanto da economia brasileira quanto da norte-americana. Suas raízes não são exclusivamente ligadas à transformação de indivíduos pela educação no exterior. O Programa Brasileiro de Mobilidade Científica é, de fato, um pacote de estímulo econômico projetado pelo governo federal para impulsionar as pesquisas nas áreas de ciência e tecnologia, a indústria e a proeminência global. O governo brasileiro, juntamente com a indústria privada, pretende gastar bilhões de reais ao longo dos próximos anos, a fim de fomentar um capital social mais intelectual, visando aos avanços de infraestrutura e inovação necessários para uma economia em crescimento.

O papel do governo dos Estados Unidos, a partir da visita do presidente Obama ao Brasil, é exportar a indústria norte-americana – e isso inclui a exportação do ensino superior do país. A força da economia norte-americana na era da globalização está enraizada em sua capacidade de atrair talentos nacionais e estrangeiros para as frentes de pesquisa e inovação. Seria ingênuo supor que a mobilidade estudantil brasileira é simplesmente uma forma de intercâmbio cultural recíproco, embora esse seja certamente um dos seus melhores dividendos.

Assim como suas parceiras brasileiras, as universidades americanas estão expandindo cada vez mais seus planos de recrutamento internacional para compensar os cortes orçamentários resultantes da prolongada recessão que teve início no final de 2008. O Programa Brasileiro de Mobilidade Científica é um elemento importante para esses empreendimentos. Universidades e faculdades norte-americanas públicas e sem fins lucrativos não veem os estudantes estrangeiros exclusivamente como lucro. Os setores administrativos e os docentes de universidades e faculdades dos EUA reconhecem que atrair a diversidade cultural, a experiência intelectual e estudantes altamente qualificados fortalece seu repertório curricular e torna a experiência global de aprendizagem mais gratificante para todos os alunos (nativos e estrangeiros), professores e pesquisadores. No entanto, limitaríamos o escopo de análise se também não reconheçêssemos que os *campi* com maiores níveis de diversidade cultural, capital intelectual e alunos com aproveitamento acima da média são de fato mais competitivos frente às suas instituições parceiras em uma economia educacional orientada para o mercado. Com a finalidade de atrair os melhores estudantes, universidades e faculdades norte-americanas precisam ter os profissionais mais talentosos e proporcionar as melhores experiências de aprendizagem (dentro e fora da sala de aula). O mesmo poderia ser dito sobre a competição entre as universidades públicas brasileiras para enviar mais de seus estudantes para o exterior através do Programa Brasileiro de Mobilidade Científica.

O Programa Brasileiro de Mobilidade Científica tem um papel fundamental neste amplo esquema de gestão de matrículas na economia política global. Nem os benefícios do intercâmbio cultural, nem o interesse econômico nacional ou a busca das universidades por lucro são aspectos negativos para a educação internacional. Cada um, de fato, tem um papel importante na economia interdependente do ensino superior e são, como demonstram os dados da NAFSA, uma parte vital das economias local, regional e nacional. O programa é sem dúvida um alento econômico para as

instituições dos Estados Unidos da América, para os Bancos deste país, cujos técnicos já temiam uma “*Bubble University*”.

O Programa Brasileiro de Mobilidade Científica, no entanto, apresenta certas ramificações em disciplinas não relacionadas à ciência e à tecnologia em universidades públicas brasileiras. As agências de fomento federais e estaduais brasileiras priorizam os estudos relacionados às áreas de ciência e tecnologia ao invés das ciências sociais, humanidades e artes, dando a estas disciplinas aplicadas maior “valor” no ensino superior. No entanto, essas artes liberais desempenham papéis instrumentais na globalização do século XXI, visto que lançam luz sobre as dimensões dos povos e culturas interligados. As artes liberais também fortalecem o capital social brasileiro em uma multiplicidade de formas.

As universidades públicas brasileiras já tiveram condições mais equitativas em termos de financiamento e importância. A economia da inovação do século XXI, no entanto, dá destaque desmedido para ciência, tecnologia, engenharia e matemática. A economia política global alimentada pelo capitalismo dá mais valor a estas disciplinas, o que, por sua vez, gera um novo conjunto de relações sociais dentro da universidade pública brasileira. Este “valor” socialmente construído reforça o modo como a educação internacional é empregada como uma estratégia econômica nacional.

O Programa Brasileiro de Mobilidade Científica também corre o risco de sujeitar seus alunos a um ambiente de mercado de *commodities* se permitirem que agências de recrutamento estudantil tenham o papel irrestrito de facilitar as relações bilaterais entre universidades americanas e brasileiras. As agências de recrutamento estudantil têm sido um elemento controverso na gestão de matrículas internacionais. As pressões econômicas colocadas sobre as universidades americanas para que aumentem as matrículas de estudantes estrangeiros pavimentam o caminho para que agências de recrutamento de terceiros sirvam como um ramo contratado de gestão de matrículas. As universidades americanas correm o risco de tornarem-se demasiado dependentes de recrutadores terceirizados, cujos interesses não são educativos, mas lucrativos. Tal excesso de confiança permite que estas agências transformem os alunos em “clientes”. Essa mudança de perspectiva reflete uma modificação do paradigma filosófico no que tange a educação internacional e sua missão pública, que passa a buscar a mercantilização. De acordo com Barmak Nassirian, da *American Association of Collegiate Registrars and Admissions Officers*, “a credibilidade do ensino superior americano estará em risco se começarmos a vendê-lo por peças (recrutamento de estudantes internacionais) como em uma revendedora de automóveis” (NASSIRIAN apud FISCHER, 2011, tradução nossa⁵).

5 (...) the credibility of American higher education is at risk if we begin to parcel out pieces of it (international student recruitment) like car sales” (NASSIRIAN as quoted in FISCHER, 2011).

Considerações finais

O Programa Brasileiro de Mobilidade Científica, bem como a educação internacional em geral, está, sem dúvida, entrincheirado na dinâmica da economia global neoliberal. A parceria educacional Brasil-EUA foi planejada para enviar talentos brasileiros para as universidades americanas e estimular a inovação econômica brasileira. O Programa Brasileiro de Mobilidade Científica visa a fortalecer a hegemonia relativa do Brasil entre seus parceiros do BRIC e do Mercosul, tornando-se tanto uma forma de política externa quanto educacional. Esta realidade brasileira lança luz sobre três considerações finais que necessitam de reflexão e debate: o alcance de proeminência global, o enfraquecimento de outras disciplinas nas universidades públicas e a transformação dos alunos em mercadorias educacionais.

Proeminência Global Brasileira: O esforço para ter destaque mundial em “um mundo pós-americano”, para usar a terminologia de Zakaria (2011), vai exigir mais do que apenas financiar os estudos de milhares de estudantes universitários brasileiros por um ano no exterior. O Brasil precisa encontrar uma maneira de absorver os talentos em sua economia nacional quando eles retornarem para o país. Bhandari e Blumenthal (2009) nos lembram de que as economias emergentes, como o Brasil, tradicionalmente têm sido os fornecedores de estudantes internacionais para os Estados Unidos, mas enfrentam a difícil tarefa de serem capazes de proporcionar empregos aos seus estudantes quando o intercâmbio termina. A economia do Brasil deve ser capaz de acomodar os estudantes que retornam em empregos formais, se o objetivo é promover a sua agenda hegemônica. A economia brasileira foi isolada da crise econômica de 2008 por ter um crescimento econômico contínuo. As taxas de crescimento de sete por cento já desaceleraram para cerca de três por cento, mas as políticas econômicas devem incorporar a quantidade de reais gastos em bolsas de estudos e oferecer outros incentivos para a indústria para contratar seus jovens adultos. Os recentes protestos urbanos em cem cidades brasileiras refletiram um sentimento nacional de frustração com o aumento do custo de vida, corrupção política e subsídios federais para apoiar a Copa do Mundo de 2014. O Brasil não será capaz de ter “ordem e progresso” no que diz respeito às suas ambições globais se não puder demonstrar aos seus cidadãos que o financiamento do Programa Brasileiro de Mobilidade Científica é um investimento que não só promove a economia nacional, mas converte-se em empregos altamente qualificados para dezenas de milhares de jovens adultos. Os cidadãos brasileiros podem estar impacientes quando as eleições presidenciais ocorrerem em um futuro próximo.

Financiamento Desproporcional de Áreas de Estudo: Com relação à mobilidade estudantil brasileira, deve ser dada especial atenção às consequências não intencionais de sistemas de bolsas que ignoram outras disciplinas relevantes, tais como as ciências sociais, humanidades e artes. O Programa Brasileiro de Mobilidade Científica é muito importante para a saúde da economia brasileira, bem como do seu capital social, mas o programa de bolsas também corre o risco de minar disciplinas parceiras em universidades públicas. Há também uma consequência direta relacionada ao mercado entre agências governamentais, iniciativa privada e estudantes que é perceber as ciências sociais, humanidades e artes como disciplinas que têm um “valor”

menor do que as áreas de ciência e tecnologia. Esta ideia socialmente construída, em última instância, se traduz no financiamento irregular de currículos, pesquisas e salários. Teixeira (2008, apud SGUISSARDI, 2009, p. 15, traduzido por BUSATTO SPEARS, 2013) nos lembra de que a academia é uma instituição indispensável inerente à sociedade e sem a qual os indivíduos não têm autonomia e são incapazes de pensar por si mesmos. Assim, as artes liberais têm um papel formativo na globalização do século XXI e enfraquecê-las seria um prejuízo para as responsabilidades sociais do Brasil, para sua moral cultural e para suas contribuições artísticas no país e fora dele.

Estudantes como Mercadorias: Por fim, a academia brasileira deve estar consciente da ética controversa por trás do recrutamento terceirizado de estudantes internacionais. Educadores e formuladores de políticas brasileiros devem reconhecer e aceitar que o ensino superior é tanto um bem público quanto um negócio global. A fluidez da economia política global já se infiltrou na academia e nas universidades norte-americanas, que estão cada vez mais dependentes da receita proveniente das mensalidades pagas por estudantes internacionais. As agências governamentais e universidades públicas brasileiras, no entanto, precisam estar cientes das agências terceirizadas de recrutamento internacional. Embora existam muitas empresas de gestão de matrículas que fazem seus negócios com dignidade e ética, há também muitos outros que tratam os estudantes como uma mercadoria com um preço de mercado atribuído por cabeça. Essa tática mina a filosofia da educação superior, a beleza do intercâmbio cultural e os avanços do capital social brasileiro. Todas essas considerações precisam ser feitas se o intercâmbio objetiva um valor verdadeiro.

Referências

- BALBACHEVSKY, Elizabeth. Academic research and advanced training: building up research universities in Brazil. In: BALÁN, Jorge (Editor). **Latin America's new knowledge economy**. New York: IIE, 2013. p. 113-133.
- BHANDARI, Rajik; BLUMENTHAL, Peggy. Global student mobility: moving towards brain exchange. In: BHANDARI, Rajika; LAUGHLIN, Shepherd (Eds.). **Higher education on the move: new developments in global mobility**. New York: Institute for International Education, 2009. p.123.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Charting a new course: the politics of globalization and social transformation**. Lanham, Maryland: Rowman and Littlefield, 2001.
- DESSOFF, Alan. Emerging giant. **International educator**, Washington, DC, p. 22-31, March-April 2013.
- IIE - **Country Report on Brazil**. New York: Institute of International Education (IIE), 2013.
- FISCHER, Karin. Use of paid agents to recruit international students sparks lively debate at Forum. **The chronicle of higher education**. Available at: <<http://chronicle.com/article/Use-of-Paid-Agents-to-Recruit/127980/>>. Accessed on: July 07, 2013.
- HARVEY, David. **Justice, nature, and the Geography of difference**. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.
- JOHNSTON, Ron; GREGORY, Derek; PRATT, Geraldine; WATTS, Michael (Editors). **The dictionary of Human Geography**. Oxford: Blackwell Publishing, 2000.
- LUCENA, C. A. (Org.). **Capitalismo, estado e educação**. 1. ed. Campinas: Alínea, 2008

MONAGHAN, Peter. The rise of English in science. **The Chronicle of Higher Education**. Available at: [http://chronicle.com/article/The Rise-of-English-Speaking/139511/](http://chronicle.com/article/The-Rise-of-English-Speaking/139511/). Accessed on: June 3, 2013.

MONKS, Edwards. **The Brazil Scientific Mobility Undergraduate Program in the United States** (IIE Report). New York: Institute of International Education (IIE), 2012.

NAFSA. **Economic impact statements**. Washington, DC. Available at: <http://nafsa.org>. Accessed on: July 5, 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

ZAKARIA, Fareed. **The post-American world** (Release 2.0). New York: W.W. Norton & Company, 2011.